



Maria João Rodrigues não nega o papel crucial da Alemanha na procura de soluções para a crise, mas diz que nem todos os países podem ter superávits como o alemão por que isso abriria guerras na UE

JOSÉ PEDRO TOMAZ

“HÁ MUITO TEMPO QUE DEFENDO UM GOVERNO DE BASE ALARGADA”

>> continuação da página anterior

nais. Na minha opinião, o governo avançou porque fomos ter uma cimeira que ia tratar de casos vulneráveis, entre os quais o português. E terá concluído que para melhorar o resultado tinha de se apresentar já com alguns objectivos. Mas a proposta completa será sempre apresentada em Abril. Estas regras entraram em vigor este ano.

É o começo de uma Europa mais federalista?

Sem dúvida que haverá um grau mais elevado de partilha da soberania. A regra foi aprovada por unanimidade entre todos os estados-membros o ano passado.

Foram feitas reformas de fundo em Portugal nos últimos anos?

Este governo tem um balanço reformista interessante. Na segurança social, na educação, na energia. Mas ficou aquém de uma verdadeira estratégia de inovação, visando reconverter a nossa actividade para sectores de valor acrescentado. A política industrial passou de moda em Portugal. E é um tremendo equívoco. Os países mais competitivos da Euro-

pa e até do mundo têm-na. Há em Portugal um bloqueio doutrinário e mental que tem de ser ultrapassado. No mercado de trabalho há uma reforma que está para ser feita, que não é a famosa liberalização dos despedimentos, mas o estabelecimento de umnexo muito mais claro entre a melhoria do desempenho dos trabalhadores e as suas compensações. E é importante introduzir-se uma discussão que hoje é central na UE que são as fontes de rendimento para os orçamentos públicos. A carga sobre o trabalho atingiu o limite e temos de procurar outras fontes de rendimento fiscal, como as taxas verdes e as taxas sobre transacções financeiras.

As medidas contidas no PEC 4 são passíveis de ser renegociadas?

Estamos numa fase que é a de discutir as linhas prioritárias para elaboração do PEC. Mas se Portugal for empurrado para pedir ajuda ao Fundo Europeu, o pacote de condições que vier a aceitar não vai ser fácil de renegociar depois das eleições. Veja-se o caso da Irlanda, onde toda a campanha foi centrada na renegociação das condições de acesso ao fundo e agora está a ter as maiores dificuldades em fazê-lo.

Se fosse primeiro-ministro teria utilizado a mesma metodologia que este governo usou no PEC 4?

Na frente nacional tem de se criar maior capacidade de concertação entre os partidos políticos com vocação governamental, responsabilizando-os para, em conjunto, fazerem frente a um problema que é verdadeiramente nacional. É fundamental que toda a gente perceba o que está em causa e Portugal recapture condições normais de financiamento para apoiar a sua economia, sem o que não é possível nem reequilibrar o orçamento, nem voltar a crescer, nem

voltar a criar emprego. Spreads de 7% ou 8% são insustentáveis.

A crise portuguesa tem apenas a ver com a crise europeia ou com problemas estruturais que nunca foram resolvidos?

É uma combinação dos dois. Uma parte do nosso problema tem a ver com uma crise financeira e económica geral, e depois na zona euro. Outra parte tem a ver com as nossas fragilidades económicas e orçamentais. Mas também é chegado a altura de se distinguir em mais claramente as responsabilidades para se matar mais rapidamente este jogo de culpabilização primário em que estamos envolvidos no país. A imagem que tenho do que se está a passar em Portugal é a expressão “escaramuças à beira do precipício”. Estão em escaramuças entre eles sem perceber que estão todos à beira de cair no precipício.

Porque é que nos momentos de arranque os Estados Unidos descolam sempre mais depressa que a Europa?

Porque têm uma unidade que a Europa ainda não conseguiu construir. E porque é um sistema federal. Esta é a explica-

Na frente nacional tem de se criar maior capacidade de concertação entre os partidos políticos

Portugal precisa de recuperar condições normais de financiamento de apoio à sua economia

ção positiva. A explicação negativa é porque têm uma espécie de excepção que é terem uma moeda de referência que lhes permite endividarem-se com uma restrição muito menor que qualquer outro país do mundo. A meu ver é um instrumento insustentável e que vai acabar por ser posto em causa.

É a Alemanha que continua a mandar na Europa?

A Alemanha, pelo facto de ter recuperado mais rapidamente que os outros estados-membros e ser hoje um país plenamente unificado, pelo facto de contar com mais peso nas regras de maioria e também pelo efeito geracional, que faz com que a geração que está agora no poder já não tenha o trauma da Segunda Guerra Mundial, assume-se sem complexos como um país dominante na Europa. E quer moldar a forma como a Europa vai ultrapassar esta crise. Não pondo em causa o seu papel nas soluções europeias, acho que há um equívoco quando a Alemanha assume que todos os países devem ser competitivos de acordo com o seu modelo. Não é possível que todos os países assemtem a sua vitalidade económica num *superviv* idêntico à Alemanha. Se isso acontecesse, o mercado interno transformava-se numa guerra sem quartel entre estados-membros. Tem de haver mais coordenação. Os estados que têm *superviv*, como a Alemanha, devem estar mais abertos às exportações dos estados-membros que querem reduzir os seus défices comerciais.

A revisão dos critérios do euro foram apenas equacionados para quedas abruptas do PIB e não para recessões prolongadas. Acredita que possam ser revistos?

Faz parte de um dos tabus impostos pela Alemanha para a disciplina orçamental. Vale a pena lembrar que o país impôs a si próprio valores muito mais restritivos, 0,35% de défice público, e pôs um travão constitucional à dívida pública. Esses objectivos do pacto de estabilidade mantêm-se e, mais que isso, nesta reforma que vai ser aprovada agora no Conselho Europeu vai ser definido que a dívida pública deve ser reduzida ao ritmo de 1/20 ao ano. Seria preciso dar mais prioridade ao crescimento e à convergência.